Engie Solar Floresta II Geração Centralizada SPE S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
Engie Solar Floresta II Geração Centralizada SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Engie Solar Floresta II Geração Centralizada SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".
Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis dos valores correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós e emitimos relatório datado em 26 de abril de 2021 com ressalva relacionada à ausência de conciliação de adiantamentos e imobilizado em andamento para construção do parque solar, que foram conciliados durante o exercício corrente conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

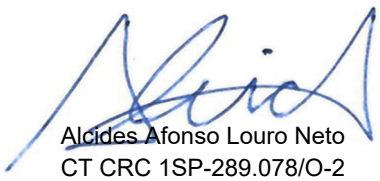
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de maio de 2022



Alcides Afonso Louro Neto
CT CRC 1SP-289.078/O-2

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

© 2022 Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. Todos os direitos reservados

Engie Solar Floresta II Geração Centralizada SPE S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

ATIVO

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.749.811	22.002.877
Contas a receber	5	2.717.078	2.455.086
Impostos a recuperar	6	1.170	11.075
Adiantamentos a fornecedores	7	12.553	219.701
Outros ativos circulantes		678.542	8.857
Total ativo circulante		29.159.154	24.697.596
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	4	3.820.181	3.352.003
Impostos a recuperar	6	472.078	472.078
Outros ativos não circulantes	8	153.981	3.828.161
Depósitos judiciais	9	383.431	346.442
Direito de uso de arrendamento	12	2.799.429	2.949.725
Imobilizado	10	153.327.988	160.012.291
Intangível	11	3.920.397	3.305.583
Total ativo não circulante		164.877.485	174.266.283
Total do ativo		194.036.639	198.963.879

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Engie Solar Floresta II Geração Centralizada SPE S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante			
Fornecedores	13	3.623.508	4.157.846
Empréstimos e financiamentos	14	6.989.773	6.924.124
Tributos a pagar	15	786.997	385.171
Provisões	17	459.984	2.535.898
Outras contas a pagar	18	4.550.497	5.196.545
Dividendos a pagar	19.5	1.545.637	1.283.791
Arrendamento mercantil	12	13.785	11.120
Total passivo circulante		17.970.181	20.494.495
Total do não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	96.691.855	102.707.845
Tributos diferidos	16.2	176.859	1.453.727
Arrendamento mercantil	12	2.917.368	2.989.745
Total passivo não circulante		99.786.082	107.151.317
Patrimônio líquido			
Capital social	19.1	64.198.495	64.198.495
Reserva legal	19.2	830.803	505.406
Reserva de lucros	19.3	11.251.078	6.614.166
Total do patrimônio líquido		76.280.376	71.318.067
Total do passivo		194.036.639	198.963.879

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Engie Solar Floresta II Geração Centralizada SPE S.A.

Demonstrações dos resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	21	24.913.733	22.581.342
Custos na venda de energia	22	(11.173.295)	(8.507.570)
Lucro bruto		13.740.438	14.073.772
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(799.076)	(637.760)
Outras receitas	24	1.556.107	9.470
Outras despesas	24	(2.734)	(46.837)
Total receitas (despesas) operacionais		754.297	(675.127)
Lucro antes do resultado financeiro		14.494.735	13.398.645
Receitas (Despesas) Financeiras			
Receitas financeiras	25	1.207.599	435.414
Despesas financeiras	25	(7.598.697)	(7.401.079)
Total resultado financeiro		(6.391.098)	(6.965.665)
Lucro antes da tributação		8.103.638	6.432.980
IRPJ/CSLL Corrente	16.1	(2.882.123)	(1.024.891)
IRPJ/CSLL Diferido	16.3	1.286.430	(2.651)
Total tributos sobre o lucro		(1.595.693)	(1.027.542)
Lucro líquido do exercício		6.507.945	5.405.438
Resultado por ação do capital social	19.5	0,101	0,084

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Engie Solar Floresta II Geração Centralizada SPE S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	6.507.945	5.405.438
Resultado abrangente do período	6.507.945	5.405.438

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Engie Solar Floresta II Geração Centralizada SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

	Nota	Capital social	Adiantamento p/ futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019		60.320.974	3.877.522	235.134	2.762.791	-	67.196.421
Aumento de capital	19.1	3.877.522	(3.877.522)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.405.438	5.405.438
Constituição de reserva legal	-	-	-	270.272	-	(270.272)	-
Dividendos mínimos obrigatório	-	-	-	-	-	(1.283.792)	(1.283.792)
Destinação dos lucros	-	-	-	-	3.851.376	(3.851.376)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		64.198.495	0	505.406	6.614.167	(0)	71.318.068
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.507.945	6.507.945
Constituição de reserva legal	-	-	-	325.397	-	(325.397)	-
Dividendos mínimos obrigatório	-	-	-	-	-	(1.545.637)	(1.545.637)
Destinação dos lucros do exercício	-	-	-	-	4.636.911	(4.636.911)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		64.198.495	0	830.803	11.251.078	0	76.280.376

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Engie Solar Floresta II Geração Centralizada SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.103.638	6.432.980
Ajustes ao lucro:		
Depreciação e amortização	5.850.878	5.782.000
Amortização direito de uso	93.985	59.286
Provisão de juros - arrendamentos	241.308	215.559
Aplicações financeiras vinculadas	(468.178)	-
Provisões	(211.867)	671.852
Depósitos judiciais	(36.989)	(14.180)
Tributos diferidos	9.563	3.142
Baixa ativo imobilizado	2.033.313	403.842
Troca em garantia	8.151	-
	15.623.801	13.554.483
Variação nos ativos e passivos		
Variação contas a receber	(261.991)	(86.096)
Variação impostos a recuperar	9.905	(10.307)
Variação outros ativos	3.004.494	(3.357.230)
Variação adiantamentos a fornecedores	207.148	1.079.681
Variação fornecedores	(534.339)	(3.504.049)
Variação tributos a pagar	112.195	6.853
Variação outras contas a pagar	(646.047)	(6.615.244)
Caixa gerado pelas operações	1.891.366	(12.486.393)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.592.492)	(1.166.408)
	(2.592.492)	(1.166.408)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	14.922.675	(98.318)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.614.172)	(9.410.139)
Aquisição de ativo intangível	(72.728)	-
Venda de ativo Imobilizado	-	18.228
Caixa líquido (consumido) gerado em atividades de investimento	(3.686.900)	(9.391.911)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos - Captação principal e juros	8.130.736	13.714.409
Empréstimo e Financiamentos Pagos - Principal	(6.941.680)	(3.103.248)
Empréstimos e Financiamentos Pagos - Juros	(7.139.398)	(3.487.087)
Mútuos coligadas/Controladas	-	(738)
Pagamento de arrendamento	(254.708)	(223.706)
Pagamento de dividendos	(1.283.792)	-
Caixa líquido (consumido) gerado em atividades de financiamento	(7.488.841)	6.899.631
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.746.934	(2.590.598)
Variação de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.002.877	24.593.475
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	25.749.811	22.002.877
(=) Variação de caixa e equivalentes de caixa	3.746.934	(2.590.598)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

1. Contexto operacional

A Engie Solar Floresta II Geração Centralizadora SPE S.A. (“Companhia”), subsidiária da Engie Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A. (“Holding Floresta”), por sua vez pertencente ao grupo da Solairedirect Holding Brasil S.A. (“Grupo ENGIE Solar”), iniciou suas atividades em 26 de Novembro de 2015, sediada na cidade de Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte, na Rodovia RN 404 KM 21, Sitio Nova Floresta, parte Fazenda São Francisco e Fazenda Floresta, Zona Rural, sendo constituída com prazo determinado de 25 anos e posteriormente alterando o prazo para indeterminado conforme artigo 3º de seu Estatuto Social. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e exploração de Empreendimento de energia elétrica por fonte solar a ser desenvolvido no parque solar denominado UFV Floresta II na cidade de Areia Branca no Estado do Rio Grande do Norte, a Companhia possui uma potência total instalada de 30 (trinta) MW (*megawatt*).

A Companhia assinou com a união, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir de sua celebração em 17 de junho de 2016, conforme publicação no Diário Oficial da União para construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

A contabilização da energia produzida pela Companhia ocorre de forma mensal. De acordo com o Preço de Venda Atualizado (PVA), a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos são restituídos pela Companhia, enquanto desvios positivos são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no próprio contrato.

2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 20 de maio de 2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica do OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas.

A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas:

- **Notas Explicativas nºs 10 e 11** – Depreciação e amortização;
- **Nota Explicativa nº 12** – Realização do direito de uso do ativo;
- **Nota Explicativa nº 16** – Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- **Nota Explicativa nº 20** – Provisão para contingências.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Apresentação das demonstrações contábeis

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário será demonstrado como não circulante. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A Companhia considera uma aplicação financeira os recursos que possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com vencimento que pode variar de 90 dias a 05 anos, a contar da data da contratação. Em todas essas aplicações, a disponibilidade dos recursos é imediata e os valores contábeis são compatíveis com os valores de realização.

Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de livre movimentação temporários que possam ser sacados a qualquer momento sem riscos de alterações de valor.

As aplicações financeiras vinculadas são registradas no ativo não circulante e representam os saldos das contas reservas do serviço da dívida, ou seja, valores necessários para perfazer o montante equivalente a no mínimo três parcelas mensais de pagamento da dívida com o BNDES e/ou três meses de despesas decorrentes do contrato de operação e manutenção. Os mesmos são reclassificados para o ativo circulante de acordo com sua competência de realização.

3.3. Contas a receber

Mercado de curto prazo e energia reserva

Os contratos de compra e venda de energia celebrados no mercado – tanto no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) como no Ambiente de Contratação Livre (ACL) – devem ser registrados na CCEE, que realiza a medição dos montantes efetivamente produzidos/consumidos por cada agente.

As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Assim, o Mercado de Curto Prazo é o segmento onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes e a Energia de Reserva referem-se ao contrato de venda de energia de reserva CER, celebrado no mercado junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – alcançado mediante participação do 8º Leilão para contratação de Energia de Reserva, promovido pela Aneel, o que lhe conferiu outorga a gerar energia elétrica, mediante a operação da Central Geradora Solar Floresta II, localizada em Areia Branca-RN, com potência instalada de 30MW.

Para a operação descrita acima, não há constituição de Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), pois a CCEE efetua os pagamentos mensais constantes em contrato, apurando eventuais diferenças entre a energia contratada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte o qual é considerado dentro do próprio exercício através de medição.

3.4. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de sua respectiva depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado de forma linear, com base na vida útil do Parque Solar, sendo calculada a partir da data em que o bem entra em funcionamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5. Intangível

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados conforme Nota Explicativa nº 11 – “Intangível” e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.6. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Conforme previsto no contrato de concessão de uso, a partir do início da operação comercial da usina, o arrendatário pagará ao arrendador, remuneração mensal equivalente ao percentual definido sobre a receita bruta da usina, proporcional ao número de megawatts instalados no imóvel, decorrente da comercialização de eletricidade produzida na área objeto da concessão, durante o período de vigência.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras.
As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; e
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável sendo que, quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, intangíveis ou outros ativos não financeiros poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

3.8. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: **(i)** ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA); **(ii)** custo amortizado; e **(iii)** ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente para pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamento de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios para administrar ativos financeiros se refere a como a Companhia gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais, enquanto ativos classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixas contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução do valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa, depósitos bancários vinculados e instrumentos financeiros derivativos.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais de receber fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa a um terceiro nos termos de um contrato, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou o controle do ativo.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de:

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica aos empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros e aos fornecedores.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são por padrão mensurados ao custo amortizado, exceto: **(i)** contratos de garantia financeira; **(ii)** compromissos de ceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; **(iii)** passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo do passivo ser gerenciado ao valor justo.

Desreconhecimento (baixa)

A Companhia baixa um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.9. Obrigações trabalhistas e tributárias

Representam os valores de salários, férias, encargos trabalhistas, tributos e contribuições devidos pela Companhia na data do encerramento social do exercício.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados com base no lucro presumido.

Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável (presunção), às alíquotas de 8% e 12% respectivamente. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque considera apenas as receitas auferidas ao longo de cada trimestre, visto a opção pela tributação apurada pelo lucro presumido.

Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

3.11. Reconhecimento de receita

As receitas da Companhia decorrem principalmente da geração e comercialização de energia elétrica, nos termos do contrato comercial. Enquanto não faturado, a receita pela geração de energia elétrica é reconhecida dentro de sua competência pelo montante gerado (medição) e seu faturamento é efetuado no mês subsequente.

3.12. Outras receitas / despesas

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, nas demonstrações do resultado.

3.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação ou direito presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação ou ainda creditados e uma estimativa confiável do valor da obrigação ou direito possa ser feita.

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de natureza cível. A Administração apoiada na opinião de seus assessores jurídicos legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

3.14. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.

3.15. Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado e apresentado nas demonstrações do resultado, através do lucro ou prejuízo líquido do exercício (básico e diluído) e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade de ações na data-base das demonstrações contábeis). A Companhia não possui itens diluidores do seu lucro líquido do exercício, apresentando, desta forma, apenas o lucro básico por ação.

3.16. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03(R2) – “Demonstração dos fluxos de caixa”.

3.17. Novas normas e interpretações

Não houve a aplicação de novas normas e intepretações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que impactassem as operações da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Os Investimentos em aplicações financeiras estão representados por quotas de fundos de investimentos de curto prazo e renda fixa, com rendimentos próximos à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) e com disponibilidade diária e estão distribuídos conforme adiante:

Circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Bancos	2.336.307	2.326.505
Aplicações financeiras	23.413.504	19.676.372
Total	**25.749.811**	**22.002.877**

Não circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Aplicações financeiras vinculadas **(*)**	3.820.181	3.352.003
Total	**3.820.181**	**3.352.003**

(*) As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante representam os saldos das contas reservas (exigência do BNDES), sendo:

- Conta reserva do serviço da dívida, valor necessário para perfazer o montante equivalente a no mínimo três parcelas mensais de pagamento da dívida com BNDES; e
- Conta reserva O&M valor necessário para perfazer o montante equivalente a três meses de despesas decorrentes do contrato de operação e manutenção.

5. Contas a receber

O prazo de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de energia.

	31/12/2021	**31/12/2020**
Energia de reserva	2.717.078	2.455.086
Total	**2.717.078**	**2.455.086**

O modelo do setor elétrico brasileiro conta, desde 2008, com a energia de reserva, destinada a elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN). A energia de reserva é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR).

A regulamentação do mecanismo deu-se pelo Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, e o início da comercialização ocorreu um ano mais tarde. A CCEE passou a representar os agentes de consumo desta energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes e pela gestão da Conta de energia de reserva.

Esta modalidade de contratação é formalizada mediante a celebração dos Contratos de Energia de Reserva (CER), entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE – na condição de representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, aqueles referidos no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427/1996 e os autoprodutores.

Os Contratos de Uso de Energia de Reserva (Conuer) são celebrados entre a CCEE e os agentes de consumo – distribuidores, consumidores livres e consumidores especiais –, em decorrência dos Contratos de Energia de Reserva (CER) – estes, celebrados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE.

Para a operação descrita acima, não há constituição de Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), pois a CCEE efetua os pagamentos mensais constantes em contrato, apurando eventuais diferenças entre a energia contratada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte.

6. Impostos a recuperar

Representado por:

Circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Crédito de IRPJ	1.170	1.133
IRRF a compensar	-	5.965
CSLL a compensar	-	3.977
Total	**1.170**	**11.075**

Não circulante	**31/12/2021**	**31/12/2020**
ICMS a recuperar **(*)**	472.078	472.078
Total	**472.078**	**472.078**

(*) Não houve alteração nos saldos representados nesta rubrica, pois refere-se ao processo de restituição junto a Sefaz-RN, referente a recolhimentos indevidos, ocorridos durante o exercício de 2018.

7. Adiantamentos a fornecedores

Representado por:

	31/12/2021	**31/12/2020**
BYD Energy do Brasil	-	216.967
DEI - Depto. Estadual de Imprensa	192	-
Steag Energy Services do Brasil Ltda.	-	2.734
IDEMA	1.191	
Ineo Tinea	11.060	
A DE O Viana	110	-
Total	**12.553**	**219.701**

8. Outros ativos não circulantes

	31/12/2021	**31/12/2020**
Provisão performance negativa SDBR **(*)**	-	3.825.000
Generalli Brasil Seguros Ltda.	87.270	
Seguros	1.122	3.161
Garantia estendida apropriar - GRID Solutions **(**)**	65.589	-
Total	**153.981**	**3.828.161**

(*) O saldo em 31/12/2020 referia-se ao valor de caráter punitivo relativo ao não cumprimento de cláusula contratual pela Engie Solar Brasil Energia e Consultoria Ltda., companhia do grupo, responsável pelo gerenciamento e performance das unidades geradoras de energia, a qual realizou a restituição em 2021; e

(**) Em 31 de dezembro de 2021, a companhia possuía contrato firmado com a Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda. Referente à garantia estendida sobre defeitos nos transformadores para o período de quatro anos a partir de 31 de março de 2021.

9. Depósitos judiciais

Representado por:

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais	304.371	304.371
Atualização	79.060	42.071
Total	**383.431**	**346.442**

Saldo representado substancialmente pelo – Processo judicial nº 0100994-63-2017.8.20.0113, em trâmite perante a justiça estadual do RN – vara de Areia Branca.

Essa ação judicial foi proposta com a finalidade de **(i)** suspender a exigibilidade da Taxa de Licenciamento de Obras, com base no artigo 151, II, do CTN; **(ii)** cancelar a cobrança de referida Taxa, tendo em vista a abusividade do valor e a total desproporção com o custo da atividade pública de fiscalização da obra.

A tutela antecipada foi deferida e, atualmente, o processo encontra-se em concluso com o juiz (houve redistribuição do processo em 2017, razão pela qual o andamento ficou mais lento). Já houve contestação da prefeitura e réplica de nossa parte.

10. Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado está nas demonstrações a seguir:

Composição do ativo imobilizado

		2021			2020
Descrição	**Taxa de depreciação (a.a. %)**	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Valor Líquido**	**Valor Líquido**
Parque Solar	3,33	171.285.199	(22.653.831)	148.631.368	153.303.389
Subestação Consórcio	3,33	4.970.904	(290.688)	4.680.216	4.844.856
Moveis e Utensilios	6,25	17.368	(964)	16.404	-
Subtotal		**176.273.471**	**(22.945.483)**	**153.327.988**	**158.148.245**
Imobilizado em Andamento (*)		-	-	-	1.864.046
Total		**176.273.471**	**(22.945.483)**	**153.327.988**	**160.012.291**

Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas(**)	Transferências (***)	Depreciações	Saldo em 31/12/2021
Parque Solar	153.303.389	3.581.634	(2.027.531)	(764.017)	(5.462.105)	148.631.369
Subestação Consórcio	4.844.856,00	15.170	-	-	(179.811)	4.680.215
Moveis e Utensilios	-	17.368			(964)	16.404
Subtotal	**158.148.245**	**3.614.172**	**(2.027.531)**	**(764.017)**	**(5.642.880)**	**153.327.988**
Imobilizado em Andamento (*)	1.864.046	-	(1.864.046)	-	-	-
Total	**160.012.291**	**3.614.172**	**(3.891.577)**	**(764.017)**	**(5.642.880)**	**153.327.988**

(*) Imobilizado em andamento refere-se às aquisições e transferências de equipamentos para conclusão da construção dos parques solares. Em julho de 2021, o valor provisionado referente ao imobilizado em andamento foi faturado pelo fornecedor. A provisão foi revertida e o valor do documento fiscal foi contabilizado para compor o custo do Parque Solar;

(**) As baixas do parque solar referem-se à venda de Módulos para outras empresas do grupo Floresta e cancelamento de notas fiscais reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundo de períodos passados; e

(***) As transferências do parque solar trata-se do reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundo de períodos passados. Em agosto de 2021, o valor do software Scada foi reclassificado para o intangível.

11. Intangível

Representado por:

		2021				2020
Descrição	**Taxa de depreciação (a.a. %)**	**Vida Útil (anos)**	**Custo**	**Amortização Acumulada**	**Valor Líquido**	**Valor Liquido**
Projeto Parque Solar	3,33	30	3.695.682	(513.289)	3.182.393	3.305.583
Software SCADA	3,33	30	822.812	(84.808)	738.004	-
Total			**4.518.494**	**(598.097)**	**3.920.397**	**3.305.583**

Mutação do ativo intangível

Descrição	**Saldo em 31/12/2020**	**Adições**	**Transferências**	**Baixas**	**Amortizações**	**Saldo em 31/12/2021**
Projeto Parque Solar	3.305.583	72.728	-	-	(123.189)	3.255.122
Software SCADA	-		764.017	(13.933)	(84.808)	665.276
Total	**3.305.583**	**72.728**	**764.017**	**(13.933)**	**(207.997)**	**3.920.397**

Os valores constantes na conta intangível são registrados pelo custo de aquisição reduzidos da amortização acumulada apurada no método linear com relação à vida útil do parque solar e refere-se à aquisição de projeto para construção do parque solar no município de Areia Branca, adquirido junto a MSPAR Energia e Participações. Em agosto de 2021, o valor do software SCADA que compunha o valor do Parque Solar foi reclassificado para o intangível, bem como a respectiva amortização. O intangível possui vida útil com base no contrato de operação comercial do parque solar.

12. Direito de uso de arrendamento

Representado por:

Composição do direito de uso de arrendamento

			2021				2020
Descrição	**Taxa de desconto anual**	**Prazo (anos)**	**Direito de uso**	**Renegociação do contrato de arrendamento**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
Contrato de aluguel	10,20%	35	3.005.613	(56.311)	(149.873)	2.799.429	2.949.725
Total			**3.005.613**	**(56.311)**	**(149.873)**	**2.799.429**	**2.949.725**

Movimentação do arrendamento mercantil – passivo circulante

			2020	12/2021				
Descrição	Taxa Anual	Prazo (Anos)	Valor Líquido	Renegociação do contrato de arrendamento	Amortização Aluguel	Amortização Encargos	Transferências	Valor Líquido
Contrato de Aluguel	10,20%	35	11.120	1.961	(254.708)	241.308	14.105	13.785
Total	**10,20%**	**35**	**11.120**	**1.961**	**(254.708)**	**241.308**	**14.105**	**13.785**

Obs.: O valor classificado no circulante é consideravelmente inferior ao não circulante no início do arrendamento em decorrência do alto volume de juros incluídos nas primeiras parcelas diante do longo prazo do contrato de arrendamento. Isso tende a uma inversão ao longo dos últimos anos do contrato.

Movimentação do arrendamento mercantil – passivo não circulante

			2020	2021			
Descrição	Taxa Anual	Prazo (Anos)	Valor Líquido	Renegociação do contrato	Transferência aluguel	Transferência Encargos	Valor Líquido
Contrato de Aluguel	10,20%	35	2.989.745	(58.272)	(318.641)	304.536	2.917.368
Total	**10,20%**	**35**	**2.989.745**	**(58.272)**	**(318.641)**	**304.536**	**2.917.368**

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados pela taxa de captação incremental do arrendatário em 1º de janeiro de 2019. Essa taxa foi calculada com base na taxa de captação incremental do Grupo ajustada de acordo com o CPC 06 (R2), levando em consideração: o ambiente econômico das subsidiárias e, em particular, seu risco de crédito, a moeda na qual o contrato foi concluído e a duração restante do contrato em 1º de janeiro de 2019. A metodologia aplicada para determinar a taxa de empréstimo incremental reflete o perfil dos pagamentos da locação (método de duração). A taxa de empréstimo incremental média ponderada aplicada aos passivos de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019 era de aproximadamente 10,20%, e a mesma continua para o ano de 2020 e 2021.

No exercício de 2020 o cálculo do arrendamento mercantil foi reavaliado em decorrência da performance negativa entre a energia contratada e a energia entregue para a CCEE, considerando que a receita fixa de energia de reserva e a penalidade é base para cálculo do arrendamento.

O período de vigência do contrato junto ao locador que se iniciou em 1º de novembro de 2017 possui término previsto em 31 de dezembro de 2052.

A Companhia apresenta no quadro a seguir, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Vencimentos dos arrendamentos a pagar representados no passivo

	Valor (R$)
2022	325.264
2023	325.264
2024	329.958
2025 a 2035	3.629.537
2036 a 2052	5.471.969
Parcelas não descontadas	**10.081.992**
Juros embutidos	(7.150.839)
Saldo passivo de arrendamento em 12/2021	**2.931.153**

13. Fornecedores

Representado por:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de equipamentos	3.578.606	4.138.855
Fornecedores de serviços	44.902	18.991
Total	**3.623.508**	**4.157.846**

Representado por fornecedores de equipamentos necessários para construção e funcionamento dos parques solares e desempenho de seu objeto social, bem como também por fornecedores de prestação de serviços, necessários para manutenção e bom desempenho dos mesmos em suas operações.

Os valores constantes na conta fornecedores referem-se às obrigações com Fornecedores Nacionais e sua liquidação prevista para período inferior a 365 dias.

14. Empréstimos e financiamentos

Representado por:

Movimentação do financiamento

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31/12/2019	**6.029.877**	**96.478.018**	**102.507.895**
Captação BNDES - principal	427.705	6.344.295	6.772.000
Captação BNDES - juros incorridos	6.942.409	-	6.942.409
Transferências	114.468	(114.468)	-
Amortização de principal	(3.103.248)	-	(3.103.248)
Amortização de juros	(3.487.087)	-	(3.487.087)
Saldos em 31/12/2020	**6.924.124**	**102.707.845**	**109.631.969**
Ingressos BNDES	64.267	899.733	964.000
Juros	7.166.736	-	7.166.736
Transferências	6.915.724	(6.915.724)	-
Amortização de principal	(6.941.680)	-	(6.941.680)
Amortização de juros	(7.139.398)	-	(7.139.398)
Saldos em 31/12/2021	**6.989.773**	**96.691.855**	**103.681.628**

Vencimentos do financiamento

	BNDES
2022	6.989.773
2023	6.989.773
2024	6.989.773
2025 a 2030	41.938.636
2031 a 2036	40.773.673
Empréstimo e financiamentos	**103.681.628**

14.1. Liberação de recursos

Em 05 de novembro de 2018, o BNDES abre à Companhia, crédito total no valor de R$ 118.336.000,00, créditos estes que serão postos à disposição da Companhia parceladamente, depois de cumpridas as condições de liberação referidas nas cláusulas de seu contrato, em função das necessidades para a realização do projeto financiado, respeitadas a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional.

Em 20 de dezembro de 2018, o BNDES liberou o montante de R$ 97.000.000,00, destinados à implantação da UFV Floresta II, localizada no município de Areia Branca, Estado de Rio Grande do Norte, e à aplicação da SE Areia Branca.

Em 30 de maio de 2019, o BNDES liberou o montante de R$ 10.688.000,00, destinados à implantação da UFV Floresta II, localizada no município de Areia Branca, Estado de Rio Grande do Norte, e à aplicação da SE Areia Branca.

Em 24 de dezembro de 2020, o BNDES liberou o montante de R$ 6.772.000,00, destinados à implantação da UFV Floresta II, localizada no município de Areia Branca, Estado de Rio Grande do Norte, e à aplicação da SE Areia Branca.

Em 27 de maio de 2021, o BNDES liberou o montante de R$ 964.000,00, destinados à implantação da UFV Floresta II, localizada no município de Areia Branca, Estado de Rio Grande do Norte, e à aplicação da SE Areia Branca.

14.2. Taxas de juros

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Longo Prazo (TLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), observada a sistemática definida no próprio contrato.

14.3. Garantias da operação

A liberação da colaboração financeira, além do cumprimento, no que couber, das condições previstas nos artigos 5º e 6º das “Disposições aplicáveis aos contratos do BNDES” retro mencionadas, e das estabelecidas nas “Normas e instruções de acompanhamento”, a que se refere o artigo 2º das mesmas “Disposições”, fica sujeita ao atendimento do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios com notificação à CCEE e da penhora dos respectivos ativos.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas foram estabelecidas as seguintes garantias:

i) A Solairedirect Holding dá ao BNDES, em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuramente detidas, de emissão da Floresta Holding, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social da Floresta Holding, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pela mesma;

ii) A Floresta Holding dá ao BNDES em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuramente detidas, de emissão das Beneficiárias, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social das Beneficiárias, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pelas mesmas;

iii) As Beneficiárias dão em penhor ao BNDES, os módulos fotovoltaicos e inversores relativos ao Projeto;

iv) As Beneficiárias cederão fiduciariamente ao BNDES:

a) Os direitos creditórios provenientes dos Contratos de Energia de Reserva (“CERs”) celebrados entre as Beneficiárias e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);

b) Os direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia que venham a ser celebrados pelas Beneficiárias, no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulado (ACR);

c) Quaisquer outros direitos creditórios e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto, inclusive aqueles relativos às operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste;

d) Entre outros direitos.

v) A Floresta Holding cederá fiduciariamente ao BNDES:

a) Os direitos creditórios da “Conta centralizadora holding”, conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária; e

b) Os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com as Beneficiárias, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

14.4. Prazo de amortização

O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago ao BNDES em 216 (duzentas e dezesseis) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de novembro de 2018, observado o disposto na Cláusula Vigésima Terceira (Vencimento em Dias Feriados), comprometendo-se as Beneficiárias a liquidarem com a última prestação, em 15 (quinze) de dezembro de 2036 todas as obrigações decorrentes deste contrato.

14.5. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (*covenants*)

A Companhia possui empréstimo junto ao BNDES onde tal contrato contém a cláusula de cumprimento do *covenants* da obrigação de apuração de no mínimo 1,300 (1,3x) do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de acordo com os termos da clausula 12ª no inciso XII do Contrato de Financiamento, entretanto tal *covenants* é apurado ao nível da empresa Engie Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A. (Holding que consolida as demais empresas Engie Solar Floresta I Geração Centralizada SPE S.A. e Engie Solar Floresta III Geração Centralizada SPE S.A.), dada a característica consolidada das garantias oferecidas e aceitas pelo BNDES. O contrato de financiamento prevê o cálculo do índice do EBITDA no resultado consolidado ao nível da Holding acima mencionada.

Considerando as premissas aplicadas, o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado na Engie Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021 representa ICSD = 1,34.

14.6. Suspensão de pagamentos em 2020 (*standstill*)

A Companhia obteve a suspensão temporária dos pagamentos do financiamento contratado com o BNDES pelo prazo de seis meses, benefício esse que estava incluso no pacote de medidas emergenciais anunciado pelo Governo Federal (*standstill*) em decorrência da pandemia da Covid-19. A carência do parcelamento direto teve início em maio de 2020 e esse pagamento foi retomado em novembro de 2020. Houve capitalização do saldo devedor sem alteração no prazo de amortização da dívida ou nas taxas de juros dos contratos. O benefício proporcionou alívio imediato no fluxo de caixa da Companhia. Em 2021 os pagamentos foram realizados sistematicamente e não houve novas ocorrências que justificassem um novo “*standstill*”.

15. Tributos a pagar

Representado por:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	335.796	149.144
Contribuição social	193.928	90.949
PIS	17.661	15.958
Cofins	81.512	73.653
ICMS	94.682	1.178
ISS retido s/ serviços de terceiros	17.130	2.310
INSS s/ serviços de terceiros	19.896	4.422
Imposto de renda retido na fonte	9.213	27.995
Contribuição retida na fonte	17.179	19.562
Total	**786.997**	**385.171**

16. Apuração do imposto de renda e contribuição social corrente e tributos diferidos

Durante o período de 2021 e 2020, a Companhia foi tributada ao lucro presumido, sendo mais viável as suas atividades de acordo com o seu projeto de negócios.

16.1. Apuração do imposto de renda e contribuição social – resultado

	2021			2020		
	IRPJ	CSLL	Totais	IRPJ	CSLL	Totais
Receita bruta	29.723.027	29.723.027		28.513.987	28.513.987	
Alíquota presunção	8%	12%		8%	12%	
Lucro presumido	**2.377.842**	**3.566.763**		**2.281.119**	**3.421.678**	
Outras receitas	5.854.865	5.854.865		501.941	501.941	
Base de cálculo	**8.232.707**	**9.421.628**		**2.783.060**	**3.923.619**	
IRPJ (15%) e CSLL (9%) devido	1.234.906	847.947	2.082.853	417.459	353.126	770.585
Adicional do IRPJ - 10%	799.271	-	799.271	254.306	-	254.306
Total do imposto/contribuição devido	**2.034.177**	**847.947**	**2.882.124**	**671.765**	**353.126**	**1.024.891**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(2.034.177)	(847.947)	(2.882.124)	(671.765)	(353.126)	(1.024.891)
Diferido	945.010	341.420	1.286.430	(1.721)	(930)	(2.651)
	(1.089.167)	**(506.527)**	**(1.595.693)**	**(673.486)**	**(354.056)**	**(1.027.542)**

16.2. Movimentação do diferido – passivo

		IRPJ e CSLL		PIS e COFINS		
Natureza dos créditos	Saldo 31/12/2020	Provisão	Reversão de provisão	Provisão	Reversão Provisão	Saldo 31/12/2021
Energia de Reserva (Não Faturado)	159.227	851.539	(843.469)	1.094.454	(1.084.892)	176.859
Performance Negativa SDBR	1.294.500	-	(1.294.500)	-	-	-
	1.453.727	**851.539**	**(2.137.969)**	**1.094.454**	**(1.084.892)**	**176.859**

16.3. Imposto de renda e contribuição social diferido

Os valores de tributos diferidos no resultado referem-se às diferenças temporárias dos impostos conforme demonstrado adiante:

Composição do diferido – resultado

Natureza dos créditos	Base de cálculo	31/12/2021 IRPJ	31/12/2021 CSLL	31/12/2021 Total	31/12/2020 Total
Energia de reserva (não faturado)	2.717.078	945.010	341.420	1.286.430	- 2.651
	2.717.078	**945.010**	**341.420**	**1.286.430**	**- 2.651**

Os valores de tributos diferidos, referem-se às diferenças temporárias dos impostos sobre as provisões de energia de reserva que são revertidos no mês subsequente ao de geração, mediante a emissão de nota fiscal.

17. Provisões

As provisões representam despesas incorridas pela Companhia, ou cuja ocorrência se dará no próximo exercício fiscal. Os valores foram estimados com confiabilidade e precisão, sendo provável que o desembolso de recursos ocorrerá para a liquidação da obrigação.

Representado por:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de contas a pagar **(*)**	-	1.864.046
Provisão penalidade CER - Ano 3	-	655.622
Provisão penalidade CER - Ano 4	99.800	-
Provisão de custos - Consórcio Mar e Terra e Ar	186.000	-
Provisão serviços a pagar SDBR	11.087	16.230
Provisão de Serviços - ENGIE Solar S.A.S **(**)**	163.097	-
	459.984	**2.535.898**

(*) O valor citado na rubrica de “Provisões de contas a pagar” tratava-se da provisão de serviços junto a Solairedirect Brasil Consultoria para construção do parque solar. Em 30 de abril de 2021, a provisão foi revertida pela emissão da nota fiscal 43, que compôs o custo do Parque Solar;

(**) O valor citado na rubrica “Provisão de Serviços – Engie Solar S.A.S” refere-se à provisão de serviço de manutenção do sistema Scada, no valor mensal de 9.039,67 EUR considerando a taxa de fx = 6,50 e 15% adicional de IR.

18. Outras contas a pagar

Representado por:

	2021	2020
Penalidade a pagar CER - Ano 2 **(*)**	-	5.032.208
Contas a pagar - SDBR	-	122.614
Penalidade a pagar CER - Ano 3 **(*)**	4.546.719	
Engie Solar Paracatu II	3.778	
Contas a pagar - Engie Brasil Energia S.A.	-	41.723
Total	**4.550.497**	**5.196.545**

(*) Representa os ressarcimentos à CCEE no fechamento do contrato anual, decorrente de Performance Negativa entre a energia contratada e a energia entregue para a CCEE.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Capital Social totalmente subscrito e integralizado no valor total de R$ 64.198.495 (sessenta milhões, trezentos e vinte mil, novecentos e setenta e três reais) divididos em 64.198.495 (sessenta milhões, trezentos e vinte mil, novecentos e setenta e três) ações ordinárias e nominativas no valor nominal de R$ 1,00 cada, distribuídos conforme a seguir:

Acionista	2021	2020	Participação no capital
Engie Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A.	64.198.495	64.198.495	100%
Total	**64.198.495**	**64.198.495**	**100%**

Ocorreu em 1º de abril de 2020, aumento do capital social no valor de R$ 3.877.522, utilizando o saldo já aportado como Afac (Adiantamento para futuro aumento de capital) pela Engie Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A. em exercícios anteriores.

19.2. Reserva legal

Do lucro líquido ao final do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia.
A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

No exercício de 2021, a movimentação é como segue:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	**505.406**	**235.134**
Movimentação	325.397	270.272
Saldo no final do exercício	**830.803**	**505.406**

19.3. Reserva de lucros

A composição da reserva de lucros, excluído da reserva legal e dividendos é demonstrada a seguir:

	Movimentação
Exercício 2016	(811.645)
Exercício 2017	(2.736.384)
Exercício 2018	8.015.572
Exercício 2019	(1.704.751)
Exercício 2020	3.851.375
Exercício 2021	4.636.913
Total	**11.251.078**

19.4. Dividendos

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social;

b) Do saldo restante, feitas as deduções e destinações referidas acima, será distribuído aos acionistas um dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, pagável no prazo de 60 dias a contar da data de sua declaração, salvo deliberação em contrário da Assembleia geral; e

c) O saldo remanescente será destinado à conta de reserva de lucros, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral.

	31/12/2021
Lucro líquido do exercício de 2021	6.507.945
Reserva legal (5%)	(325.397)
Base de cálculo para dividendos	**6.182.548**
Dividendos (25%)	1.545.636
Total	**1.545.636**

19.5. Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação, comparativamente com o mesmo período de 2020.

A Companhia não possui instrumentos financeiros com potencial de diluição do resultado por ação, assim, os resultados básicos e diluídos por ações são iguais para todos os exercícios apresentados.

	2021	2020
Resultados dos exercícios	6.507.945	5.405.438
Quantidade de ações	64.198.495	64.198.495
Resultados básicos e diluídos por ações - em R$	**0,101**	**0,084**

20. Provisão para contingências

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita aos processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível. A Administração apoiada na opinião de seus assessores jurídicos legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia não possui contingências com probabilidade de perda provável. Desta forma não houve constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2021 os processos com perdas possíveis sumarizaram o montante consolidado de R$13.544.842 em nome da Engie Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A. e suas controladas.

21. Receita operacional líquida

Representado por:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecimento de energia de reserva - (faturado)	29.723.027	28.513.983
Energia elétrica CP - geração própria - (faturado)	-	3
Total receita faturada	**29.723.027**	**28.513.986**
Energia elétrica Energia de Reserva (não faturado)	261.991	89.096
Penalidade CER	(3.988.433)	(4.974.837)
Deduções por atraso e desempenho	11.600	-
Total receita a faturar/performance negativa/ desempenho	**(3.714.842)**	**(4.885.741)**
Deduções da receita bruta		
PIS	(193.199)	(185.341)
COFINS	(891.690)	(855.420)
PIS diferido	(1.703)	(560)
COFINS diferido	(7.860)	(2.583)
Total deduções	**(1.094.452)**	**(1.043.903)**
Receita operacional liquida	**24.913.733**	**22.581.342**

22. Custo de produção de energia

Os custos de produção de Energia constituem-se nos valores adiante:

Representado por:

	12/2021	12/2020
Consumo de Energia	(93.243)	(437.237)
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(468.811)	(56.963)
Depreciação/Amortização	(5.849.914)	(5.782.000)
Amortização direito de uso (Aluguéis)	(90.792)	(59.286)
Outros Custos (*)	(4.670.535)	(2.172.084)
Total	**(11.173.295)**	**(8.507.570)**

(*) Outros custos incluem seguros, serviços de manutenção, segurança e vigilância, aluguéis de veículos e equipamentos, energia elétrica, serviços de engenharia, consultoria técnica, limpeza e conservação, entre outros. Estes gastos são necessários para operação do parque solar.

23. Despesas gerais e administrativas

As despesas operacionais são representadas por:

	31/12/2021	31/12/2020
Utilidades e serviços	(2.467)	(6.157)
Telecomunicações	(530)	-
Serviços tomados PJ	(614.521)	(417.600)
Despesas gerais	(131.170)	(101.312
Tributos	(49.424)	(102.453)
Ocupação	-	(10.238)
Depreciação/amortização	(964)	-
Total	**(799.076)**	**(637.760)**

24. Outras receitas (despesas)

O grupo é representado por:

Outras receitas

	12/2021	12/2020
Reversão Provisão - Verif./Certif. Crédito de Carbono	674	-
Bonificações Recebidas	601.145	-
Perdão de Dívida	521	
Reversão de Despesas Operacionais	574.366	
Outras Receitas Tributadas	113	9.470
Indenizações de Seguros Recebidas (**)	281.454	
Remessas (*)	97.834	-
Total outras receitas	**1.556.107**	**9.470**

(*) Remessas recebidas para a substituição de equipamentos danificados e/ou com defeitos.

(**) O valor de “Indenizações de Seguros Recebidas” refere-se ao sinistro de lucros cessantes pagos pela seguradora Generali Brasil Seguros.

Outras despesas

	12/2021	12/2020
PIS e Cofins s/ outras receitas		(85)
ICMS s/ outras receitas		(280)
Outras despesas operacionais	-	(46.472)
Outras Despesas Indedutiveis	(2.734)	-
Total outras despesas	**(2.734)**	**(46.837)**

25. Resultado financeiro

Representado por:

	12/2021	12/2020
Rendimentos de aplicações financeiras	1.032.127	419.198
Descontos obtidos	117.132	-
Variação monetária ativa	56.136	16.216
Juros arivos	2.204	-
Receitas Financeiras	**1.207.599**	**435.414**
Variação monetária passiva	(219)	(2.000)
Tarifas bancárias	(9.581)	(9.411)
Juros passivos	(1.797)	(8.470)
IOF	(69.345)	(162.979)
Multas	(6.227)	(5.470)
Juros s/ financiamento	(7.166.736)	(6.942.409)
Juros (AVP) IFRS 16	(244.500)	(215.559)
Outras despesas financeiras	(100.292)	(54.781)
Despesas Financeiras	**(7.598.697)**	**(7.401.079)**
Resultado Financeiro	**(6.391.098)**	**(6.965.665)**

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

26.1. Gerenciamento de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (inflação e juros) e risco de liquidez, ao qual a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Companhia procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir:

26.2. Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação monetária. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber e fornecedores.

26.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). Os riscos de crédito nas atividades operacionais da Companhia são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento das duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

26.4. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido ao cumprimento de suas obrigações.

26.5. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

A Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

- **Nível 1** – Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos, seja indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos; e
- **Nível 3** – Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração. Segue adiante o quadro de classificação por nível de risco:

	2021		2020	
Companhia	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 1**	**Nível 2**
Caixa e bancos	2.336.307	-	2.326.505	-
Aplicações financeiras	-	23.413.504	-	19.676.372
Aplicações financeiras vinculadas	-	3.820.181	-	3.352.003
Total	**2.336.307**	**27.233.685**	**2.326.505**	**23.028.375**

Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria e valor justo:

Companhia	2021		2020	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Custo amortizado				
Caixa e bancos	2.336.307	2.336.307	2.326.505	2.326.505
Contas a receber	2.717.078	2.717.078	2.455.086	2.455.086
Outros ativos não circulantes	153.981	153.981	3.828.161	3.828.161
Total ativos financeiros	**5.207.366**	**5.207.366**	**8.609.752**	**8.609.752**
Ativo				
Valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	23.413.504	23.413.504	19.676.372	19.676.372
Aplicações financeiras vinculadas	3.820.181	3.820.181	3.352.003	3.352.003
Total ativos financeiros	**27.233.685**	**27.233.685**	**23.028.375**	**23.028.375**
Passivo				
Passivo pelo custo amortizado				
Fornecedores	3.623.507	3.623.507	4.157.846	4.157.846
Empréstimos e financiamentos	103.681.628	103.681.628	109.631.969	109.631.969
Total passivos financeiros	**107.305.135**	**107.305.135**	**113.789.814**	**113.789.815**

27. Eventos subsequentes

Em março de 2022, a Engie Brasil Energias Complementares Participações Ltda. empresa controlada pela Engie Brasil Energia S.A. adquiriu 100% das ações da Solairedirect Holding Brasil S.A. ("Solairedirect"), detentora dos Conjuntos Fotovoltaicos Paracatu e Floresta, e ENGIE Solar Brasil Energia e Consultoria Ltda. ("ENGIE Solar"), ambas pertencentes ao Grupo ENGIE. O Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia instalou um Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas ("CPR"), para avaliar a operação de aquisição. O CPR também contratou as seguintes consultorias independentes para apoiar no processo, das quais: **(i)** due diligence legal e apoio na negociação do contrato de compra e venda; **(ii)** due diligence contábil, financeira, tributária e trabalhista; **(iii)** due diligence técnica; e **(iv)** consultoria para a emissão de opinião sobre a avaliação e geração de valor dos ativos (fairness opinion).

Após a realização das devidas due diligences, avaliações dos ativos e negociações dos termos e condições da operação, realizados com o apoio de consultorias especializadas contratadas pelo CPR, este enviou um relatório com sua recomendação ao Conselho de Administração, que aprovou a aquisição das empresas em reunião realizada em 14.02.2022. A conclusão da operação ocorreu após o atingimento das condições precedentes previstas no contrato, em 16.03.2022, pelo montante R$ 692 milhões, sendo R$ 36 milhões sujeitos ao atingimento de condições estabelecidas no contrato.

***

Declaração do diretor sobre as demonstrações contábeis

Declaramos, na qualidade de diretor e contadora da Engie Solar Floresta II Geração Centralizada SPE S.A. (“Companhia”), sociedade por ações, com sede na Cidade Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte, na Rodovia RN 404 KM 21, Sítio Nova Floresta, Zona Rural, CEP 59.655-000, inscrita no CNPJ sob o nº 23.741.520/0001-50, revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações contábeis, assim como com a opinião expressa no relatório do auditor independente referente às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Areia Branca, 20 de maio de 2022

José Luiz Jansson Laydner

Diretor Executivo

Amanda Aparecida Mota
Contadora

* * *